

CARREIRAS POLICIAIS

EU MILITAR

ESTATUTO DO IDOSO



LEGISLAÇÃO
EXTRAVAGANTE

CARREIRAS POLICIAIS



É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desse material sem prévia autorização.

Todos os direitos reservados a

EU MILITAR

Nova Iguaçu-RJ

suporte@eumilitar.com

Ano: 2022 **Banca:** FCC **Órgão:** DPE-CE **Prova:** FCC - 2022 - DPE-CE - Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial

1. De acordo com o Estatuto do Idoso,

- A) 60 anos é a idade a partir da qual se adquire o direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos garantido por lei federal.
- B) 65 anos é a idade mínima para obtenção de descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.
- C) 70 anos é a idade mínima para que os idosos desprovidos de meios para prover sua subsistência, ou de tê-la provida por sua família, tenham assegurado benefício mensal de um salário-mínimo.
- D) 75 anos é o termo final do último grupo etário que autoriza o reajuste da prestação dos planos de saúde devido à mudança de faixa.
- E) 80 anos é a idade necessária para que o idoso tenha prioridade especial de tramitação de seu processo judicial dentre os processos de outros idosos.

Ano: 2022 **Banca:** FCC **Órgão:** MPE-PE **Prova:** FCC - 2022 - MPE-PE - Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto

2. Chegou ao conhecimento do Promotor de Justiça da comarca que determinado banco não tem cumprido o atendimento prioritário especial a que a pessoa idosa faz jus, segundo a Lei nº 10.741/2003. Nesse caso,

- A) deverá indeferir a representação, porquanto não há atendimento prioritário especial, com base na garantia fundamental da igualdade prevista no art. 5º, caput, da Constituição Federal.
- B) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 60 anos têm atendimento preferencial.
- C) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 65 anos têm atendimento preferencial.
- D) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 70 anos têm atendimento preferencial.
- E) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 80 anos têm atendimento preferencial.

Ano: 2022 **Banca:** VUNESP **Órgão:** Prefeitura de Osasco - SP **Prova:** VUNESP - 2022 - Prefeitura de Osasco - SP - Guarda Civil Municipal - 3ª Classe

3. Nos termos da Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que ação penal nos crimes definidos na legislação é

- A) pública condicionada à representação.
- B) privada.
- C) pública incondicionada.
- D) pública condicionada como regra, mas admite ação penal pública incondicionada em algumas hipóteses.
- E) pública condicionada à requisição do Ministério Público.

Ano: 2022 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** PC-RJ **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - Delegado de Polícia

4. Em 15/2/2022, Ernesto, com 78 anos de idade, correntista de uma instituição financeira privada, dirigiu-se à agência bancária para realizar uma transferência bancária. No local, solicitou auxílio do estagiário Carlos, de 21 anos de idade, para realizar a operação. Todavia, de posse do cartão magnético e da senha do cliente, Carlos transferiu, indevidamente, a quantia de R\$ 5 mil da conta bancária de Ernesto para sua conta pessoal.

Nessa situação hipotética, segundo a jurisprudência do STJ, Carlos cometeu

- A) o crime de apropriação indébita (art. 168, § 1.º, III, do Código Penal).
- B) o crime de furto (art. 155 do Código Penal).
- C) o crime de estelionato (art. 171 do Código Penal).
- D) o crime de peculato (art. 312 do Código Penal).
- E) o crime previsto no art. 102 do Estatuto do Idoso.

Ano: 2021 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** TJ-RJ **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso

5. Caso uma instituição de longa permanência deixe de comunicar à autoridade competente crime contra idoso do qual tenha conhecimento, ficará sujeita a

- A) descredenciamento.
- B) pena de multa.
- C) advertência.
- D) multa civil a ser estipulada pelo juiz.
- E) interdição temporária.

Ano: 2021 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** TJ-RJ **Provas:** CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Analista de Sistemas

6. De acordo com a lei que concede atendimento prioritário, a concessionária que, em veículo de transporte coletivo, deixar de reservar assento aos idosos, estará sujeita a

- A) apreensão do veículo e penalidade de multa.
- B) apreensão do veículo e interdição temporária.
- C) apreensão do veículo apenas.
- D) interdição temporária apenas.
- E) penalidade de multa apenas.

Ano: 2021 **Banca:** IESES **Órgão:** TJ-RO **Prova:** IESES - 2021 - TJ-RO - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção

7. De acordo com o estabelecido no Estatuto do Idoso, fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, aos maiores de:

- A) 65 (sessenta e cinco) anos.
- B) 75 (setenta e cinco) anos.
- C) 60 (sessenta) anos.
- D) 70 (setenta) anos.

GABARITO

1 - ALTERNATIVA E

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

*§ 5º Dentre os processos de pessoas idosas, dar-se-á **prioridade especial** aos das **maiores de 80 (oitenta) anos**.*

Obs: O examinador considerou a assertiva "E" como correta. No entanto, se fômos no sentido literal da lei, esta questão estaria incorreta, visto que segundo o artigo supracitado a aplicação da **prioridade especial** seria aplicada apenas aos idosos maiores de 80 anos, ou seja, para aqueles dentre essa faixa etária que tiverem no **mínimo 80 anos e 1 dia**.

2 - ALTERNATIVA E

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos ATOS E DILIGÊNCIAS JUDICIAIS em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário, será garantido à pessoa idosa o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a pessoas idosas em local visível e caracteres legíveis.

§ 5º Dentre os processos de pessoas idosas, dar-se-á prioridade especial aos das maiores de 80 (oitenta) anos.

3 - ALTERNATIVA C

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

4 - ALTERNATIVA E

PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE

Aplicar-se-á a norma especial quando esta existir!

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, **dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:**

Pena - reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

5 - ALTERNATIVA B

Das **Infrações Administrativas**

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – **multa** de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Das **Infrações Administrativas**

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

Entidades governamentais:

- 1- Advertência
- 2- Afastamento provisório de seus dirigentes
- 3- Afastamento definitivo de seus dirigentes
- 4- Fechamento de unidade ou interdição de programa

Entidades não governamentais:

- 1- Advertência
- 2- Multa
- 3- Suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas
- 4- Interdição de unidade ou suspensão de programa
- 5- Proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público

6. ALTERNATIVA E

ESTATUTO DO IDOSO

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento à pessoa idosa:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pela pessoa idosa.

7. ALTERNATIVA A

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.



Todos os direitos reservados a
EU MILITAR
Nova Iguaçu-RJ | suporte@eumilitar.com



Clique nos ícones abaixo para
acessar as nossas redes.

